

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Reestruturação e Centralidade: breves notas sobre a cidade de João Pessoa

Josineide da Silva Bezerra*
Luciana Medeiros de Araújo**

Resumo: A nossa reflexão sobre João Pessoa articula-se às suas tramas urbanas, recortando os seus novos padrões de centralidade. Tomamos a cidade como produto social, apreendendo-a como uma paisagem que comporta formas-conteúdos. Isso porque, ao interferir nessas formas, a sociedade lhes atribui novas funções. Todavia, além de produto, a cidade é também uma condição para a realização de diferentes ações, as quais redesenham os seus padrões de produção, circulação e consumo, cotidianamente. Analisando essas ações, buscamos a reestruturação intra-urbana de uma cidade média, a partir de dois olhares: o primeiro está voltado à sua gênese; o segundo está voltado ao período de aceleração da industrialização brasileira, nas últimas décadas, quando novas práticas socioespaciais contornam a sua dinâmica urbana.

Palavras-chave: Centralidade urbana – Espaço intra-urbano – Reestruturação urbana

Abstract: Our reflection on João Pessoa is all based on its urban trams, with emphasis on its new standards. Taking the city as social product, looking at it as a landscape with different forms-contents. This is because, upon intervening in these formations, the society attributes to them new functions. However, besides the product, the city itself is also a condition for the accomplishment of different actions, which, we might say, redesigns its production standards, circulation as well as consumption, everyday. Analyzing these actions, we seek intra-urban reorganization of an average city, from two different points of view: the first one looks back at its proper origin; while the second one is aimed at the period of acceleration of Brazilian industrialization, during the last few decades, when new socio spatial practices by-passed the urban dynamics.

Keywords: Urban centralization – Intra-urban space – Urban Reorganization

Introdução

Neste texto, desenvolvemos uma reflexão acerca da cidade de João Pessoa, voltando-nos aos novos padrões de centralidade que nela se realizam, os quais exercem influências na sua estrutura urbana, a partir de mudanças verificáveis no papel ou nas funções do seu centro tradicional. A escala intra-urbana compõe o nosso referencial, enfatizando estratégias de consumo traçadas por agentes produtores do espaço urbano aqui recortado, sejam esses agentes públicos ou privados.

* Historiadora, mestre em Geografia pela UFPB e Professora Substituta na UEPB.

** Geógrafa, mestre em Geografia pela UFPB e Professora Substituta na UEPB.

*

A nossa leitura esteve ancorada em um olhar *disciplinado* – reconhecendo e registrando a paisagem urbana, estando atento à disposição e às redefinições dos *fixos e fluxos* que ela comporta, bem como em um olhar que se emociona, que é reativo – sob o qual, poderíamos concluir: “a cidade deu às costas ao rio que lhe serviu de nascedouro – encantou-se com o canto das ondas” (Vídeos Para’iwa, 1995).

A importância do debate quanto às novas centralidades está relacionada aos impactos que as mesmas impõem ao cotidiano das pessoas e à estrutura interna das mais diferentes cidades, daí a necessidade de estudos que busquem semelhanças e diferenças na dinâmica intra-urbana nelas verificável (SPOSITO, 2001).

Ao fitarmos as tramas citadinas de João Pessoa, orientamo-nos a partir de abordagens sistematizadas por Villaça (2001), muito embora esse autor aprecie as principais metrópoles brasileiras, por intermédio das quais analisa a dinâmica que norteia os seus padrões de centralidade. A rigor, portanto, esses estudos não deveriam ser referenciais. Entretanto, imaginamos poder contribuir com o debate acerca de novas centralidades quanto a pequenas ou médias cidades – entre as quais incluímos João Pessoa.

Motivadas por esse intuito, tomamos a cidade como uma espacialidade cartografável, a qual pode ser apreendida como uma paisagem que “se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providos de um conteúdo técnico específico” (SANTOS, 2002: 103). Em um dado espaço urbano, marcado por ritmos e ambiências peculiares, a sociedade interfere nessas formas-objetos, atribuindo-lhes novas funções e novas formas. Portanto, compreendemos a cidade como um produto social, revestido de historicidade.

Igualmente, a reconhecemos como condição para a realização de diferentes ações socioeconômicas, as quais delineiam os padrões de produção, circulação e consumo nela vivenciados, relacionados à lógica de um dado sistema produtivo, no caso, o capitalismo. Não obstante, para além dessa lógica, tais ações revelam, também, as “singularidades da vida humana”, como admite Trindade Júnior (2001: 152).

Quanto a João Pessoa, a (re)produção do seu espaço intra-urbano será pensada por meio de dois tempos. O primeiro voltar-se-á à sua gênese. O segundo estará voltado à fase de aceleração da industrialização brasileira, notadamente a partir da segunda metade do século XX, quando novas práticas socioespaciais passam a contornar a sua dinâmica urbana.

João Pessoa: transformações e permanências

O núcleo inicial da cidade de João Pessoa remonta à fundação da Capitania Real da Paraíba, efetivada no final do século XVI, como mecanismo para garantir a conquista do litoral setentrional das terras coloniais. Como produto da expansão mercantil européia, apresenta uma singularidade em relação às demais capitais litorâneas: foi edificada à oeste, distante do mar, a partir da margem direita do rio Sanhauá.

Em ritmo lento e em meio a duas porções topográficas – a várzea do rio e o baixo planalto costeiro –, a cidade se expande, contornando o que veio a ser chamado de *Cidade Baixa* e de *Cidade Alta* (MAIA, 2000). A partir daí, na então batizada Filipéia de Nossa Senhora da Neves, os primeiros equipamentos comerciais, religiosos, residenciais e administrativos foram instalados, modelando o seu pequeno tecido urbano e as suas estruturas socioespaciais, assim descrita por Aires de Casal, no início do século XIX:

Cidade medíocre, aprazível, populosa (...), sobre a margem direita, e três léguas acima da embocadura do rio (...), ornada com casa de misericórdia e seu hospital, um convento dos Franciscanos, outro de Carmelitas, terceiro de Beneditinos (...), cinco ermidas (...), dois elegantes chafarizes de boas águas. (CASAL, 1976: 275).

Até o final do século XIX, os seus limites urbanos praticamente se estendiam do Varadouro – às margens do Sanhauá – ao que viria a ser o Parque Sólon de Lucena (Lagoa). Tomada como uma *Cidade Tradicional*, desenvolveu-se sob um padrão comum a diferentes cidades coloniais. Assim, à chamada *Cidade Baixa* foram reservadas as atividades comerciais. Já a *Cidade Alta* foi configurada como espaço de instalação das instituições religiosas e de moradia, ocupada por um segmento mais seletivo da população.

De acordo com Villaça, é a partir dos padrões de produção, circulação e consumo no/do espaço que uma área da cidade torna-se central. Logo, a dinâmica que delineia esse padrão tem repercussão direta na realização do caráter de centralidade de um dado espaço. Portanto, o centro de uma cidade é moldado na medida em que é ocupado como local de vivência cotidiana por uma comunidade/sociedade: “será um conjunto vivo de instituições sociais e de cruzamento de fluxos de uma cidade real”, assinala o autor (2001: 238).

Daí o Varadouro, na *Cidade Baixa*, a partir do seu porto, da alfândega e da estação de trem, ter abrigado o centro comercial principal ou tradicional da cidade. Nele, merece destaque a Rua das Convertidas – atual Maciel Pinheiro, onde encontramos, inclusive, o imponente prédio da Associação Comercial do Estado –, numa lógica que foi configurada no curso de vivência na cidade, no consumo daquele espaço.

Essa lógica, como um vetor, no decorrer do século XX, foi imprimindo novos movimentos, novas dinâmicas que ampliaram o centro comercial, chegando à *Cidade Alta*.

Uma ampliação que esteve relacionada a intervenções públicas, como a urbanização do Parque Sólon de Lucena e a abertura de novas vias de circulação, as quais impulsionaram a ocupação de áreas vizinhas ao núcleo inicial. Essas duas porções delimitam o que, atualmente, vem a ser definido como centro tradicional da cidade.

Neste centro, consolida-se na *Cidade Baixa* um movimento inverso: a sua configuração como área menos ocupada, em um solo urbano que agrega menos valor de uso e de troca. Isso porque os segmentos mais abastados entre os cidadãos já não lhe têm como itinerário, como aquele espaço de vivência, seja para o trabalho, seja para o consumo de serviços, seja para o lazer.

Por isso mesmo, apesar de manter um perfil comercial, sendo também via de acesso à rodoviária e via de trânsito para a grande maioria das linhas de ônibus que circulam na cidade, encontramos no Varadouro várias edificações fechadas, mal conservadas, ou abandonadas, revelando uma imagem de desgaste efetivo daquele espaço. Em tempo, lembramos que a Prefeitura Municipal, inclusive, mudou de endereço e não mais está ali instalada.

Inscrito na dinâmica que reorienta a ocupação do espaço intra-urbano, esse movimento pode ser analisado a partir das práticas espaciais que lhe reestruturam, como a fragmentação e a segregação. Esta, por exemplo, pode ser definida como “um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjuntos de bairros* na metrópole”, afirma Villaça (2001: 142, grifos do autor), ressaltando, ainda, que é possível tipificar a segregação de forma exemplar a partir deste par dialético: centro-periferia.

Em relação a João Pessoa, é necessário que cheguemos a um segundo tempo, quando a cidade passou e ainda passa por um processo de adensamento populacional, com repercussão direta, mas não apenas por isso, sobre a extensão do seu tecido urbano. O seu crescimento é vivenciado na esteira do processo de industrialização e modernização produtiva que marcou todo o país, a partir da segunda metade do século XX, especialmente as suas capitais.

Nesse contexto, de acordo com Maia (2000: 36), a população da cidade cresceu a uma média de 50% a cada década – um crescimento que repercutiu junto às relações cidade-campo, com evidentes implicações quanto ao lugar de moradia das pessoas. Éramos 95.953 habitantes em 1950 e passamos a 497.599, em 1991. Os dados desse ano indicam que mais de 43% desses habitantes não são naturais do município.

Portanto, entre migrantes, bondes, pontes e avenidas, a cidade vai se espalhando, sob novos padrões produtivos, acostados a políticas públicas urbanas que privilegiam a lógica do capital. Uma urbanização relacionada a interesses de grupos econômicos que se apropriam seletivamente do seu espaço, segregando-o. Assim, a cidade se expande, de forma contínua ou descontínua, para áreas periféricas ao seu centro tradicional.

Por intermédio de diferentes agentes, essa expansão é impulsionada por ações combinadas entre o Estado e as grandes corporações privadas, como as incorporadoras, construtoras e agentes imobiliários. Assegura-se, pois, a implantação de equipamentos de infraestrutura e atributos seletivos que definem os valores de uso e de troca de novos espaços – a exemplo das avenidas Epitácio Pessoa e Beira Rio, que cortam a cidade de oeste a leste; e do Anel Rodoviário, que facilita a circulação para as cidades e estados circunvizinhos.

Reconhecemos que a estruturação das vias de circulação exerce um poderoso papel na produção do espaço intra-urbano, porque elas são imprescindíveis aos deslocamentos e à acessibilidade dos indivíduos aos mais diferentes locais de moradia, trabalho e consumo. Por isso, resgatamos Villaça (2001: 21): “a estruturação do espaço intra-urbano é dominada pelo deslocamento do ser humano, enquanto portador da mercadoria força de trabalho ou enquanto consumidor”. O autor chama atenção, igualmente, para o fato de que é o transporte de pessoas e não o de mercadoria, que torna o espaço intra-urbano mais heterogêneo.

Lembremos, ainda, que os anos sessenta e seguintes vão ser marcados pela construção dos conjuntos habitacionais, os quais tomaram diferentes direções, principalmente para o sudeste – efetivados por intervenções públicas, financiados por meio de recursos governamentais. Essas intervenções contribuíram para estender o tecido urbano, descentralizando a sua ocupação, promovendo-se a realização do que Maia (2000) chamou de *Cidade Modernizada* – uma cidade marcada pelo estigma da complexidade, cujas diferenças socioespaciais se tornaram cada vez mais evidentes.

A *Cidade Modernizada* – imagem contemporânea – é permeada por essa dinâmica, sendo por ela modelada. Nesta cidade, o que se convencionou chamar de periferia ganha novos contornos, porque aquela descentralização – combinada a essa heterogeneidade – leva a uma periferia que compõe novas formas de concentração, num processo que envolve, ao mesmo tempo, complexidade e contrastes, contradições. Com efeito, afirma Sposito:

É a natureza dessa trama urbana distendida, de densidades múltiplas – que combina concentração com descentralização, localizações com fluxos, imóveis com acelerados e diversos ritmos de mobilidade no interior dos espaços urbanos – que redefine o par centro-periferia, a partir da constatação de que há várias

centralidades em definição e diferentes periferias em constituição. (SPOSITO, 2001: 89).

Nesse curso, novas centralidades são compostas, impulsionadas pelo crescimento urbano, bem como por diferentes atributos seletivos, que estão voltados ao crescimento demográfico, econômico e territorial que compõem as cidades, como infra-estrutura e acessibilidade. Essas centralidades conferem às mesmas uma feição multicêntrica e/ou policêntrica.

A multicentralidade poderia ser pensada, em João Pessoa, a partir da periferia sul, modelada por meio dos grandes conjuntos residenciais, entre os quais chamaríamos atenção para Mangabeira. Com uma população aproximada de 70 mil habitantes, apresenta-se como área de expansão, com uma grande diversificação da atividade comercial e de serviços no contexto da cidade. Uma diversificação que, entre bancos, mercados, supermercados, escolas, clínicas e hospitais, por exemplo, atende as demandas mais cotidianas dos seus moradores e dos bairros circunvizinhos, constituindo-o, portanto, como um subcentro.

Por outro lado, se considerarmos a feição policêntrica, realizada sob uma forma mais segmentada, ordenada por e para determinadas parcelas da população, atendendo um padrão de consumo mais seletivo, destacaríamos o litoral norte de João Pessoa, a partir dos bairros de Tambaú e Manaíra – os quais estão intensamente interligados, sendo tomados como exemplares.

Sedimentando essa discussão, ainda buscamos as reflexões de Sposito (2001), ao assinalar dois vetores que norteiam a relação centro-periferia, mesmo que não os reconheça como únicos. Menciona os novos padrões de moradia associados às classes média e alta – relacionados a um tipo de segregação. E ressalta os novos mecanismos/estratégias de realização do consumo de mercadorias e serviços, revelando a fragmentação como categoria fundamental quanto ao debate relativo à cidade pós-industrial – aquela cidade que, também produto do capitalismo, se realiza sob a industrialização, como espaço de consumo.

Na compreensão de Villaça, os novos padrões de moradia ganham um destaque especial na análise dos espaços intra-urbanos, em meio a diferentes demandas. Como uma disputa social por localização, a qual é contornada pela apropriação dos lugares mais “nobres” da cidade, onde o habitar reveste-se de um valor de uso, mas também de um valor de troca, como investimento. Ou como uma disputa na qual o controle sobre o tempo de deslocamento das pessoas é um recurso que lhes permite uma moradia de maiores dimensões ou um habitar sob apelos mais subjetivos, como modismo e prestígio.

Destaquemos, ainda, os apelos propalados pelos agentes imobiliários, relativos à garantia da conquista de uma melhor “qualidade de vida” na cidade, imprimindo-se aos condomínios e loteamentos fechados instalados nas áreas periféricas o signo da segurança. O signo da segregação quanto à convivência com os desiguais ou da incorporação de espaços verdes ao cotidiano das pessoas. Aliás, esses locais de moradia modelam um novo desenho para as áreas em seu entorno, alterando-lhes o conteúdo no espaço da cidade.

Quanto ao segundo vetor referido – a fragmentação –, orientamo-nos por este viés: as novas estratégias de realização do consumo são produto de interesses relacionados a escolhas individuais; relacionando-se, ainda, e principalmente, aos agentes privados que produzem o espaço urbano – os proprietários fundiários, os incorporadores e construtoras, que promovem novos espaços, agregando-lhes valor.

Em tempo, lembramos que tanto Villaça quanto Sposito reconhecem que os contornos que sinalizam a segregação e a fragmentação como categorias de análise dos espaços intra-urbanos são bem abrangentes. Isso porque, a dinâmica urbana também comporta ações de resistência cultural e valores étnico-religiosos, entre outros, bem reconhecíveis nas diferentes estratégias de vivência nas metrópoles.

No entanto, acreditamos que os vetores destacados – os novos padrões de moradia e as novas estratégias de consumo – já em muito contribuem para pensarmos a produção dos bairros de Tambaú e Manaíra, os quais apresentamos como exemplos relativos à realização da policentralidade em João Pessoa. Dessa forma, entendemos a pertinência de assinalarmos alguns dados arrolados por Vasconcelos Filho (2003), em seus estudos acerca do litoral norte.

De acordo com esse autor, entre os anos de 1980 e 2000, 284 novos edifícios, 1162 casas, 105 lojas comerciais e 21 hotéis foram construídos nesses bairros. Além disso, neles encontramos serviços e equipamentos como mercados públicos, hospitais, agências bancárias, colégios, supermercados, centros empresariais e os maiores *shoppings* da cidade. Comportam, ainda, 42 unidades industriais, 505 comerciais e 577 de serviços. As cinco imobiliárias recortadas para aplicação dos seus questionários de pesquisa apontam esses bairros com uma ocupação perfilada entre a classe média e alta. Esses agentes apostam numa perspectiva de crescimento para o setor, sendo a localização o principal fator de atração para investimentos.

Tais informações contribuem para conferir a essa área da cidade um caráter de centralidade – aquele que, sob a minimização do tempo de deslocamento, se realiza por meio dos fluxos de pessoas, mercadorias, serviços e capitais; por intermédio dos padrões de consumo ou da oferta de trabalho.

À luz de um capitalismo globalizado, novos ritmos e padrões de produção, circulação e consumo são impressos à sociedade, sobretudo à sociedade urbana. Redesenham-se novas formas de apropriação do/no espaço, evidenciando as contradições inerentes à vida urbana: a luta de classes; os interesses públicos e privados; as diferentes concepções de valor de uso e de troca; as aspirações e necessidades coletivas e individuais.

Claro, essas novas formas não eliminam, simplesmente, as permanências inscritas sob um tempo de longa duração, aquele que, no caso de João Pessoa, remonta à colonização. Novas e tradicionais formas estão justapostas, interrelacionadas. Entretanto, fora de seus novos fluxos e escolhas, os segmentos mais abastados da cidade não mais vivenciam o centro principal, esvaziando-o. Neste centro, temos uma ausência que é não de pessoas, mas de pessoas que têm um grande poder de demarcar as prioridades para toda a cidade. Nesta ausência, a violência – que vem aniquilar a “frágil simbiose centro-classe média e média alta”, marginalizando-o, afirma Villaça (2001: 154).

Isso nós reconhecemos, mas também sabemos que o centro principal de João Pessoa continua especialmente voltado ao setor terciário, sendo ainda um local de moradia, de trabalho e de lazer para muitos de nossos concidadãos, notadamente para os segmentos mais populares da cidade. Ele está “vivo”, mesmo que sejamos tentados a percebê-lo a partir da sua “morte”. Não nos esqueçamos que os Três Poderes lá se encontram, bem como algumas paisagens que permanecem compondo a identidade da cidade, como a Lagoa ou o Ponto de Cem Réis – uma praça que ainda se aproxima da Ágora vivenciada pelos gregos.

Entre as tradicionais e emergentes formas, como uma recomendação que lhes serve, lembramos Peter Burke, quando reconhece que, “segundo Braudel, a contribuição especial do historiador às ciências sociais é a consciência de que todas as ‘estruturas’ estão sujeitas a mudanças, mesmo que lentas” (1997: 55).

Referências Bibliográficas

- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CASAL, Aires. **Corografia Brasília**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos lentos na cidade:** permanências e transformações dos costumes rurais em João Pessoa-PB. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000. (Tese de Doutorado em Geografia Humana)

VÍDEOS PARAÍBA. Produção PARAÍ'WA. 1995. Videocassete (25 min) VHS/NTSC, color.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais.* In: DAMIANI, Amélia et al. (Orgs). **O espaço no fim de século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. *Sujeitos políticos e territorialidades urbanas.* In: DAMIANI, Amélia et al. (Orgs). **O espaço no fim de século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.

VASCONCELOS FILHO, João Manoel de. **A produção e reprodução do espaço urbano no litoral norte de João Pessoa:** a atuação dos agentes imobiliários. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003 (Dissertação de Mestrado).

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.